



ST6 – INOVAÇÃO, GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E DINÂMICAS DE MERCADOS

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES INFORMAIS: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS/BRASIL

INFORMAL FAMILY AGROINDUSTRIES: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF SANTA CRUZ DO SUL - RS / BRAZIL

Jaime Miguel Weber¹

Resumo:

Este artigo teve por intuito analisar as condições concretas e contextuais que influenciam os agricultores familiares a “apostar” na informalidade dos processos agroindustriais. A agricultura familiar tem sido desafiada constantemente para se manter presente e atuante no território, num cenário global de forte tendência à especialização das atividades agropecuárias. Uma das alternativas que vem sendo desenvolvida ao longo da história é o processamento de matérias-primas, especialmente de alimentos, que se constitui a partir do saber-fazer transmitido de geração a geração entre os agricultores familiares. Para a efetivação empírica desta pesquisa foi considerado o território de Santa Cruz do Sul. A pesquisa utilizou como método os pressupostos teóricos enraizados nas bases do materialismo histórico dialético. Desta forma, assinala conflitos e contradições das atividades informais de processamento de alimentos como uma relevante referência sociocultural e econômica para o território. Ademais, faz uma análise das exigências sanitárias e as tradições de produção, processamento, consumo e comercialização de alimentos. Foi possível verificar que a informalidade das agroindústrias familiares não é simplesmente uma situação transitória, como é apontada em alguns estudos. O que dá sustentabilidade, autonomia e viabilidade é o sistema de produção, de processamento da matéria prima e a comercialização diversificada, como estratégias de produção e reprodução das famílias. No contexto dessa pesquisa, a informalidade se apresenta como resistência. Ela se manifesta como um fator de reflexão frente às transformações provocadas pelos mecanismos globais de dominação.

Palavras-chave: Agroindústrias Familiares Informais. Agricultura familiar. Feiras rurais. Legislação para agroindústrias.

Abstract:

Its purpose was to analyze the concrete and contextual conditions that influence family farmers to "bet" on the informality of agriculture industry processes. Family farming has been constantly challenged to remain present and active in the territory, amidst a global scenario strongly inclined towards specialization of agricultural activities. One alternative that has been developed throughout history is the processing of raw materials, especially foods, which consists of the know how transmitted throughout the generations among family farmers. For the empiric confirmation

¹ Engenheiro Agrônomo (UFPEL). Possui pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela universidade Federal do Rio de Janeiro - CPDA/UFRJ. Mestre e doutorando em Desenvolvimento Regional – PPGDR/UNISC; e-mail: jaimeweber1@hotmail.com



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

of this research, the territory of Santa Cruz do Sul was contemplated. The method used in the research consists of the theoretical assumptions rooted in the base of dialectic historical materialism. Thus, it presents conflicts and contradictions regarding informal foods processing activities as a relevant sociocultural and economical reference for the territory. Moreover, it analyzes the sanitary demands and the production traditions, processing, consumption and commercialization of foods in short commodity chains. It was found that the informality in family agriculture industries is not simply a transitory situation, as per a few studies. It is the system of diversified production, processing of raw materials and commercialization that provides sustainability, as families' strategies of production and reproduction. In the context of this research, informality presents itself as resistance. It manifests as a factor to be thought over, in the face of the transformations caused by the global domination mechanisms.

Keywords: Informal family agriculture industries. Family Farming. Rural fairs. Legislation for agriculture industries.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por intuito analisar a dinâmica da informalidade das agroindústrias familiares no contexto do território. A delimitação espacial levou em conta as questões inerentes à agroindústria familiar informal, e ao seu espaço empírico de convivência, de contradições, de conflitos e de desafios.

Nesta pesquisa a agricultura familiar é entendida como uma categoria social de produção, inserida e reconhecida pela sociedade por suas contribuições materiais e imateriais. A agricultura familiar tem sido aventada em muitos estudos como elemento de análise em função das consequências dos processos de reestruturação capitalista e da globalização dos mercados e a forte vulnerabilidade econômica e social a que vem sendo submetida.

Buscou-se compreender as estratégias sociais, econômicas e culturais, os significados, as motivações, as condições concretas e contextuais que influenciam os agricultores familiares a “apostarem” na informalidade de suas agroindustriais. Desse modo, a opção de recorte territorial desta pesquisa foi a partir das experiências de Agroindústrias Familiares Rurais Informais existentes no território de Santa Cruz do Sul, região do Vale do Rio Pardo, que se localiza na região Centro Oriental do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil.

As reflexões sobre a qualidade dos alimentos têm se tornado cada vez mais frequentes no cenário nacional e internacional, porque a alimentação tem uma relação direta com o bem-estar e a saúde das pessoas e possui relação direta com o desenvolvimento dos territórios.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Nas últimas décadas, especialmente após os anos de 1990, estas atividades passaram a ter uma importância socioeconômica maior para as famílias, e também para as economias locais, especialmente pela forma descentralizada como se organizam. Segundo Kalnin (2004), foi a partir dos anos 1990 que os projetos de promoção da agricultura familiar passaram a apostar na implantação de agroindústrias como possibilidade de alternativa de renda e emprego, e melhoria das condições de vida dos agricultores.

A opção pela informalidade como prioridade para esta pesquisa justifica-se na medida em que se busca compreender esse universo que é tão significativo, ou seja, mais de 60% das agroindústrias existentes no território rural de Santa Cruz do Sul/RS são informais, e de certa forma invisíveis aos olhos do capital.

A pesquisa apontou que a palavra informalidade já se apresenta com certo prejulgamento por não atender as obrigações formais para essas atividades. E esse prejulgamento parece ter levado esse tipo de atividade para uma “visível invisibilidade”.

Buscar a compreensão do território em seu processo social e histórico, e com a relativização da concepção científica convencional e da racionalidade das legislações, tem se apresentado como uma temática e prática contraditória para vários atores imbricados nesses processos de desenvolvimento. É nesse contexto que se associa a reflexão sobre a alimentação e a qualidade dos alimentos, numa perspectiva de conexão humana recriada entre os agricultores, os consumidores e as instituições.

O ato de se alimentar vai muito além da satisfação fisiológica, envolve crenças, costumes, tradições culturais; isto é conhecimento construído, trata-se de um saber-fazer que se aprimora ao longo dos tempos e mantém ou apura determinados atributos peculiares para cada tipo de alimento. Por isso, essa pesquisa se propôs a aprofundar a reflexão a partir de dados obtidos diretamente das Agroindústrias Familiares Informais, das organizações sociais e das instituições, para analisar as lógicas históricas e as questões que estão envolvidas nessa prática de resistência permeada por contradições pouco debatidas.

Utilizou-se como método de análise os pressupostos teóricos enraizados nas bases do materialismo histórico dialético como referência de análise e interpretação dos processos históricos de produção da agricultura familiar e seus conflitos sociais.

A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Este capítulo aborda conceitos e caracterizações que fazem parte da reflexão desta pesquisa, buscando contribuir no entendimento do contexto da produção de alimentos, suas contradições, e as relações de poder que estão imbricadas em distintos cenários, com o olhar centrado na



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

agricultura familiar e suas atividades de processamento informal.

Para Santos (2003, p. 93), “[...] o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico”. Nesse contexto, muitos sistemas de produção inerentes à agricultura familiar foram sendo desestruturados e componentes dos recursos naturais foram se degradando e comprometendo, em parte, as economias e os saberes locais. Essas práticas compõem um legado de conhecimento identificado por muitos autores como o saber-fazer. Brandão (2015, p. 16) identifica como conhecimento tradicional que se constitui num amplo indicador do nível de evolução cultural do homem com o ambiente, e a geração de conhecimento acontece através dessa interação com base em processos sucessivos e dinâmicos. Nesse sentido, a agroindústria informal possui uma relação com o conhecimento tradicional e traz à tona a possibilidade e a necessidade de se buscar um diálogo de igual para igual, entre os atores sociais. Na agricultura, a prática da informalidade possui uma gama de experiências que foram se constituindo empiricamente à margem dos processos formais das relações campo-cidade.

Foi em meados de 1970 que o termo *setor informal* passou a ser visualizado de forma mais analítica. Para Theodoro (2000), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é que passou a tratar o conceito de setor informal como um novo instrumento explicativo para uma prática secular, que consistia em atividades econômicas de baixa produtividade e que se desenvolviam sem atender os preceitos legais, ocupando espaços marginais do mercado.

O recorte municipal de Santa Cruz do Sul/RS, nesta pesquisa, caracteriza-se como um território, porque apresenta enredamentos permeados por relações de poder erigidas ao longo do tempo. Para SANTOS (2004), o território é a expressão daquilo que é criado pelo homem:

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2004, p. 47).

A análise de agroindústrias informais deste território é a busca pelo entendimento desses agricultores que optam pela informalidade de suas atividades de processamento de alimentos e que não são “reconhecidos” por não se submeterem a uma legislação que não lhes convêm. Para Weisheimer (2013), a invisibilidade, do ponto de vista social, refere-se a circunstâncias em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis ou invisíveis nas relações sociais de seu território, como uma ação social que sugere não ver o outro, a sua existência social e o que se relaciona a essa existência.

Assim, fica evidente que há um conjunto de questões a serem equacionadas que se desdobram em conflitos e contradições que foram sendo analisadas na pesquisa de campo.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A Agroindústria Familiar: uma estratégia de resistência

Com frequência, os agricultores familiares recorrem a práticas de processamento de produtos a fim de agregar valor a sua produção. Segundo a base de dados do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), em 2013 estavam cadastradas 1.439 agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul. Essas atividades de processamento, normalmente passam a ter uma relação com as entidades e instituições, para o suporte burocrático ou para assessoria técnica. Gazolla (2009) comenta sobre a carência de motivação que as organizações de agricultores têm em relação às instituições formais, considerando que muitas dessas organizações de agricultores optam pela informalidade, enquanto que as instituições formais buscam integrar essas organizações aos padrões formais para o processamento de alimentos.

Nesta pesquisa, as agroindústrias que não estão totalmente de acordo com os preceitos legais são identificadas como informais. Para Wilkinson e Mior (1999), é necessário fazer uma distinção entre o informal e o ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos. Compreender a informalidade dessas atividades, a partir das limitações e contradições existentes entre os agricultores, organizações e instituições formais, torna-se relevante no sentido de entender as tendências e possibilidades futuras da agricultura familiar, numa perspectiva de desenvolvimento regional.

Para Schneider (2010, p. 121), a transformação nas unidades produtivas está relacionada ao conjunto de estratégias que interferem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados:

Não obstante, o que faz com que as unidades produtivas se transformem em um ou outro modo ou direção é o conjunto de estratégias, ações e reações que os membros que as integram forem capazes de articular e colocar em prática. Essas estratégias relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar, e mesmo ao universo de relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados.

Nesse sentido, as pequenas agroindústrias têm se tornado uma importante estratégia para a agricultura familiar. Para Gazolla (2009), os pequenos empreendimentos agroindustriais têm uma importância crescente em algumas regiões onde predomina a agricultura familiar. No entanto, existe um conjunto de barreiras legais, como aponta Guimarães (2001), ao considerar que as normativas sanitárias apresentam uma série de empecilhos, e que se pode notar pelo elevado percentual de informalidade desse setor.

Atualmente, segundo informações da Emater, o número de agroindústrias familiares que estão cadastradas no PEAF/RS ultrapassa a 3.500, e pouco mais de 1.500 dessas agroindústrias estão



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

formalizadas. Isso demonstra a importância de se analisar esse cenário, os seus significados, as suas contradições e motivações.

A agricultura familiar possui uma relação direta com o tema das políticas públicas de Estado e de governo. A criação e implantação do SUASA (Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Animal), a partir de 2006, e no Rio Grande do Sul em 2011, com a aprovação da Lei de criação do SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte), regulamentada em 2012. Estes dois sistemas, SUASA e SUSAF, estabelecem a base legal para os municípios que queiram implantar a equivalência sanitária dos serviços de inspeção municipal (SIM), possibilitando a comercialização dos produtos para além das fronteiras municipais.

Dessa forma, esses sistemas se apresentam como modelos “legitimados pela sociedade”, sem apresentar uma alternativa de coexistência para situações que não estão contempladas nesses modelos tradicionais. Para Setton (2002, p. 69), “a coexistência pode se configurar em um campo híbrido e diversificado de códigos e arquétipos identitários, consolidando-se num processo de socialização moderna baseado em variados padrões de referência”.

A abrangência e a importância deste tema também despertam interesse para os organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alerta que a fome, a obesidade e outras formas de má nutrição seguirão aumentando se não houver uma mudança profunda nos sistemas alimentares. Nesse sentido, a agricultura familiar está em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com os temas da fome, água, energia, clima, entre outros.

Portanto, o foco dessa pesquisa buscou elementos teóricos sobre a temática da alimentação para subsidiar a reflexão sobre as contradições existentes nos modelos em curso na sociedade, e situações empíricas referenciadas em práticas concretas vivenciadas por agricultores familiares do território de Santa Cruz do Sul/RS.

DINÂMICAS INFORMAIS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO TERRITÓRIO DE SANTA CRUZ DO SUL

Santa Cruz do sul está localizado no centro do Estado, à 155 km de Porto Alegre. Segundo dados do IBGE (2017), a área de unidade territorial do município é de 733,409 km². A estimativa populacional para o ano de 2019 era ultrapassar 130 mil pessoas.

De acordo com informações da Secretaria de Agricultura, o município conta com 06 agroindústrias e 02 associações formalizadas que comercializam seus produtos nas feiras do município. Além dessas, há mais 07 agroindústrias certificadas no município que não comercializam seus produtos nas feiras. Atualmente, o município conta com aproximadamente 22 agroindústrias informais que



OBSERVADR

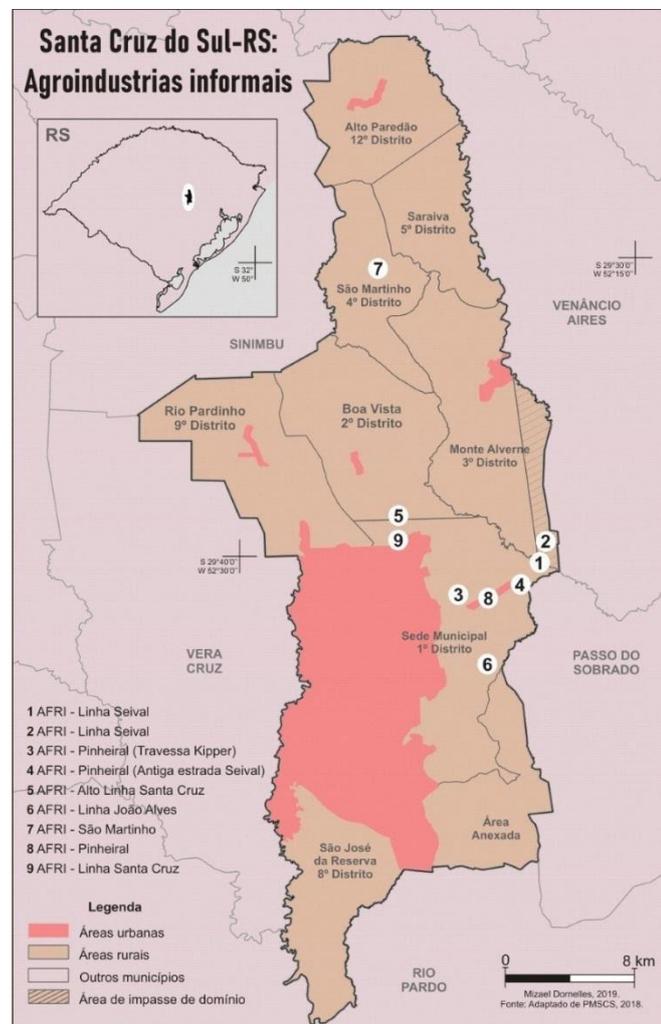




comercializam nas feiras, e mais 04 que não comercializam nas feiras. Considerando apenas as agroindústrias e associações que possuem algum tipo de vínculo com o município, percebe-se que de um total de 41 agroindústrias, mais da metade não estão formalizadas.

Assim, a informalidade do processamento de alimentos será analisada a partir da análise das entrevistas realizadas com os agricultores familiares informais e para preservar a identidade serão utilizadas as siglas **ARFI** e **E** numeradas, para identificar os agricultores e os representantes das instituições entrevistadas, respectivamente.

Figura - Identificação das agroindústrias informais pesquisadas



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, 2015. Elaboração/adaptação: WEBER (2019).



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Para além dos aspectos econômicos das AFRIs, essas experiências representam um exercício de gestão autônoma com participação na economia local e contribuem para o desenvolvimento do território. Para Schumpeter (1997), o significado do processo econômico como o funcionamento de seu mecanismo ou organismo em um dado estágio de desenvolvimento pode ter distintos motivos e significados:

A atividade econômica pode ter qualquer motivo, até mesmo espiritual, mas seu significado é sempre a satisfação de necessidades. Daí a importância fundamental desses conceitos e proposições que derivamos do fato das necessidades, sendo o primeiro deles o conceito de utilidade e seu derivado, o de utilidade marginal, ou, para usar um termo mais moderno, o “coeficiente de escolha” (SCHUMPETER, 1997. p. 29).

Dessa forma, a satisfação de necessidades nesse tipo de atividade econômica transcende os aspectos mercadológicos. Os aspectos socioculturais se manifestam a partir das relações de pertencimento e de protagonismo estabelecidas neste espaço.

A aproximação com essas agroindústrias aconteceu a partir das feiras rurais. O primeiro passo foi a observação das atividades para entender a dinâmica da comercialização. O segundo passo foi a aproximação através de conversas informais. Foi a fase mais delicada porque a informalidade cria certa situação de desconforto. Os agendamentos e as entrevistas aconteceram de forma aleatória com os agricultores, através de visitas nas propriedades.

As entrevistas foram efetivadas através de um roteiro para conhecer melhor a realidade e os motivos que justificam a permanência na informalidade. Para as entidades privadas e instituições públicas, foram de priorizadas aquelas que possuem maior aproximação com os agricultores e com as feiras rurais e a busca maior foi em relação às alegações confusas e contraditórias que levam as instituições a “pressionar” as AFRIs para formalização.

As entrevistas revelaram que há relevância na participação da família no processo de manutenção dessas agroindústrias, com gestão compartilhada. Tais características são confirmadas por MIOR (2005), ao afirmar que a agroindústria familiar rural possui uma configuração em que a família rural produz e processa parte de sua produção agropecuária, buscando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

Há predominância das mulheres nas atividades de processamento analisadas nesta pesquisa e o controle é realizado pelas pessoas mais idosas que possuem o conhecimento (saber-fazer) como herança das famílias. A idade das nove pessoas que participaram das entrevistas varia entre 47 e 70 anos, sendo que a maioria possui idade superior a 60 anos.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o percentual de produtores com mais de 65 anos aumentou de 18% para 23%, nos últimos 11 anos.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A perspectiva ou a necessidade da formalização das agroindústrias familiares rurais diminui a probabilidade de continuidade dessa atividade, segundo os entrevistados. Para Abramovay (1998), a sucessão na agricultura familiar envolve mais do que a continuidade das propriedades, a sucessão rural envolve o destino de várias regiões devido ao forte papel social e cultural desempenhado pela agricultura familiar.

Em relação a formação escolar, das nove pessoas entrevistadas, sete possuem ensino básico e duas concluíram o ensino superior, e a outra se mantém na propriedade por questões familiares. A baixa escolaridade e a idade avançada se apresentam como limites significativos para uma possível ou necessária mudança no modo de vida e/ou opção de trabalho.

Características socioeconômicas das agroindústrias familiares informais

As unidades familiares analisadas nesta pesquisa são constituídas de pequenas propriedades que não ultrapassam um módulo fiscal rural, conforme a Lei nº 8.629/1993, Art. 4, II e III. A mão de obra é preponderantemente familiar, e as atividades são bastante diversificadas. A estratégia se concentra em um conjunto de produtos que fazem parte do sistema de produção. Para Bianchini (2015), na agricultura familiar o processamento de alimentos é utilizado para constituir ainda mais um *mix* de produtos que passam a compor um portfólio e tramitar nos mercados locais e regionais, tratando-se de complementariedade entre uma atividade e outra.

A diversificação da produção tem sido sustentada por autores e instituições como uma perspectiva de futuro para a agricultura familiar, como se pode verificar com o Programa Regional Fida Mercosur (2019):

Acreditava-se que o caminho mais curto para o sucesso seria a especialização, que tornaria as propriedades competitivas, acompanhada do desejo de tornar o pequeno agricultor um empresário rural, principalmente com a modernização agrícola. Contudo, não são poucos os casos em que essa ênfase na especialização resultou em fracassos, mostrando que a especialização pode causar mais danos do que benefícios. (FIDA MERCOSUR, 2019, p. 01).

Os entrevistados afirmam que houve incentivo das instituições para a produção diversificada e para o processamento de alimentos. A avaliação do entrevistado **AFRI 3** é que no início foi muito tranquilo, mas logo apareceu a fiscalização pressionando para a formalização das agroindústrias:

“Um representante da secretaria municipal da agricultura passou aqui na feira e queria saber o que tinha e o que não tinha, o que vendia e o que não vendia. Daí eu coloquei para ele tudo o que eu tinha, ele anotou tudo, e ele disse que teria que escolher um (produto). Daí eu disse, então me cita, e ele disse que eu deveria ficar só com o melado. Daí eu fiz uma piada para ele, pode dar certo ainda, daí eu vou vender o veículo que eu tenho e vou vir de moto, porque não tem cabimento. Porque assim o cara já está remando, não está



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

fácil, daí tirar tudo e ficar só com o melado? Mas, se eu ficar somente com a comercialização do melado o faturamento diminui em 30%”.

Neste contexto, percebe-se certa contradição das entidades e instituições de assessoria; por um lado há o fomento para a diversificação e o processamento de alimentos, por outro lado há a pressão para a formalização, como certa indução à especialização da produção. Para esses de informalidade não tem havido a formulação de políticas específicas, considerando que em termos numéricos gerais o setor informal de processamento de alimentos é mais significativo, em praticamente todos os municípios do Estado.

Nas agroindústrias que fazem parte dessa pesquisa, o tempo de funcionamento das atividades de processamento varia entre 12 e 40 anos. Mudar essa lógica sem que haja uma justificativa plausível não tem entendimento e nem concordância por parte desses agricultores.

Em todos os casos entrevistados, as atividades foram apreendidas ou possuem influência dos familiares e é evidente a preocupação em manter alguns princípios do processamento, como por exemplo, evitar o uso de conservantes para poder consumir e oferecer produtos que preservem atributos naturais como sabor e aroma da matéria prima. Para o entrevistado **AFRI 6** “manter o gosto da fruta no produto processado tem alguns segredos e depende da fruta”. A busca por informações também é salientada pelo entrevistado **AFRI 6**, “queremos fazer coisas novas e experimentar novos processos”. Então, há uma associação do conhecimento empírico – saber fazer – com o conhecimento científico.

Nesse sentido, o Relatório da Subcomissão das Agroindústrias Familiares da Comissão de Agricultura, pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa (RDI 87/2017) destaca a preocupação com a atual legislação para as agroindústrias. O atual presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Carlos Joel da Silva, enfatiza a necessidade de se ter uma legislação mais propositiva do que punitiva:

“A legislação não pode ser burra como hoje. Para nós, é muito claro que atende os interesses das grandes corporações. A infraestrutura não atesta a qualidade do produto, a sanidade, e é com isso que a legislação e a fiscalização precisam se preocupar.” (RDI 87, 2017, p. 14).

A partir deste Relatório, pode-se observar um conjunto de questões cruciais para as agroindústrias familiares numa perspectiva de desenvolvimento territorial, permeadas por distintos interesses e contradições.

Do total de entrevistados, oito possuem infraestruturas específicas e apenas um realiza o processamento junto às atividades da residência. As estruturas existentes nas propriedades são bastante diversas, normalmente são aproveitadas as estruturas existentes com adaptações de acordo com a facilidade operacional e os tipos de produtos. O entrevistado **AFRI 07** afirma que



OBSERVADR





“do jeito que eles querem não tem como eu legalizar (formalizar) todos os produtos”:

“Para a produção de melado há um lugar separado, fechado e afastado há 200 metros da casa. Para o restante dos produtos tem uma construção de aproximadamente 100 m², separada da moradia, onde está a garagem, uma cozinha, uma peça para a fabricação de bolachas, e outra para a fabricação de rapadura e conservas. Do jeito que eles querem não tem como eu legalizar (formalizar) todos os produtos”. [...] É inviável da forma como eles querem e não é que eu queira ser cabeçudo”. (AFRI 07)

Assim, a formalização não se traduz apenas em estrutura física, também afeta um conjunto de questões socioculturais e econômicas. “Estamos cansados de que eles venham dizer que o que fazemos está errado”, comenta o entrevistado **AFRI 07**.

Esse tipo de alerta deve servir para sensibilizar as partes envolvidas nas atividades de processamento e de fiscalização porque essas agroindústrias estão inseridas nas economias dos territórios. Para Schneider e Grisa (2008), a produção para o consumo contempla as necessidades alimentares das famílias, contudo, alguns alimentos que não são produzidos pela família são buscados fora da propriedade.

Sobre o faturamento bruto das agroindústrias, a pesquisa demonstra que é bastante variado e também depende do tipo de produto que é processado e da origem da matéria prima, em função da relação com o custo de produção. Então, há de se considerar que a comercialização na feira envolve outros produtos do sistema de produção, e que também passam por processamento na propriedade.

No que se refere às estruturas e equipamentos, o capital utilizado para o processamento de alimentos das AFRIs desse estudo é de origem própria para a maioria das agroindústrias. Ficam explícitas as posições contrárias a financiamentos, com expressões como “eu não gosto de fazer dívida”. No RDI 87/2017, o presidente FETAG/RS, Carlos Joel da Silva, expressa sua preocupação em relação à legislação:

[...] nós temos que ter uma legislação que foque a qualidade, que não foque o tamanho do prédio, a altura do pé direito, o que é que tem lá dentro, isso não dá qualidade. E o que dá qualidade é a matéria-prima, e a maneira que se produz o alimento lá pelas pessoas. (RDI 87/2017, p. 54)

Isso demonstra que as simplificações propostas, como no Programa para Agroindústria Familiar, não proporcionaram uma ruptura em relação ao modelo preconizado, no sentido de “tratar os diferentes como diferentes”.

No que se refere ao destino dos produtos, os dados dessa pesquisa mostram que mais de 90 % da produção é para o comércio, tanto nas feiras com em roteiros locais ou sob encomendas. O



entrevistado **AFRI 4** comenta que “na feira tu já tem os clientes certos, para determinados produtos, tem clientes de mais de vinte anos”. Essa relação de comércio de proximidade – olho no olho – tem um significado importante, tanto para o produtor como para o consumidor.

No que se refere aos volumes de produção e processamento, os agricultores desta pesquisa afirmam que não têm tido variações significativas ao longo dos anos e não há interesse em aumentar esses volumes. Essa questão se apresenta como uma contradição porque, de certa forma, a formalização “força” o aumento da produção, e isso reflete na lógica de produção

Tabela - Fatores que restringem o aumento da produção

Fatores que restringem o aumento da produção*	Nº de AFRIs
Capital para investimento	4
Mão de obra	1
Mercado saturado	1
A legislação dificulta	8
Outras: área de terra para plantio; idade avançada.	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

*Cada agricultor poderia optar por até dois fatores.

Percebe-se que a legislação é colocada como um fator preponderante de limitação, como pondera o entrevistado **AFRI 4** “a legislação é o que mais me preocupa. Para mim (sic) legalizar eu preciso de estrutura que eu não tenho, se eu plantar mais eu tenho que ter alguém para fazer”. O entrevistado **AFRI 7** comenta: “eu estou vendo que ali na frente a legislação vai dificultar a continuidade, por isso eu não quero investir”.

A opção por esse modo de vida transcende a questão econômica de acumulação de capital, tem muito mais a ver com um jeito de viver, com controle do seu negócio e com a segurança alimentar da família e dos consumidores.

Processos e estratégias de comercialização das agroindústrias familiares informais

O que esta pesquisa procura sublinhar é que a informalidade é uma opção consciente para viabilizar a permanência na atividade da produção agropecuária. No caso dos feirantes, a comercialização é realizada entre um a três dias por semana, numa ou em mais feiras rurais, localizadas em pontos distintos do espaço urbano. “Produzir para sobreviver” pode ser uma boa síntese daquilo que esse tipo de agricultor almeja - manter o seu jeito de produzir, processar e comercializar, como afirma o entrevistado **AFRI 8**:



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A minha pretensão é continuar fazendo até que Deus me dê saúde. Eu vou continuar até que eu puder fazer, a não ser que eles me impeçam. O governo que quer que a gente registre, né? Mas eu não sei se existe lei de impedir uma pessoa a produzir para sobreviver, não sei se existe uma lei para isto.

Para esses agricultores a formalização não é viável, por outro lado, para muitos agricultores a informalidade representa uma situação transitória.

Em geral, os preços dos produtos das agroindústrias informais que fazem parte dessa pesquisa são menores comparados aos produtos similares, produzidos pela grande agroindústria. Contudo, os agricultores entrevistados manifestaram seu desconforto em relação à comparação sobre a qualidade porque consideram os seus produtos superiores e incomparáveis. Uma das justificativas é a não utilização de insumos químicos artificiais permitidos pela legislação e utilizados pelas indústrias convencionais.

Em relação ao uso de rótulo nos produtos, os entrevistados afirmam que a opção de não colocar rótulo também é considerada como uma vantagem porque eles sabem que o consumidor procura na feira justamente os produtos diferenciados. É interessante a observação feita pela assistência técnica sobre a rotulagem dos produtos, a partir da observação e das falas dos próprios agricultores:

“Eles falam assim (os consumidores): se tem rótulo é porque é industrializado, e o que não tem rótulo é colonial. Então, com o pepino é a mesma coisa, eu quero pepino sem rótulo, isto foi relatado por vários produtores, o consumidor quer esse produto que não tem rótulo”. (E1).

O rótulo para esses agricultores não tem relação com a intencionalidade de omitir informações sobre a composição dos produtos, mas, curiosamente, tem a ver com uma questão de marketing no que se refere à diferenciação de seus produtos.

Perspectivas para as agroindústrias familiares informais

A perspectiva para a continuidade da atividade de processamento para as AFRIs entrevistadas é bastante “nebulosa”, em consequência dos conflitos e contradições que estão presentes nesse campo de conflitos e de interesses. O entrevistado **AFRI 9** diz que são poucas as perspectivas para os próximos anos: “porque se é para fazer agroindústria (formalizar) não adianta. Isso não adianta, eu não posso usar o meu produto”. O entrevistado **AFRI 7** afirma que não se trata de uma simples opção, ao comentar que “não é que eu não queira, a pergunta (desafio) que eu fiz para a Secretaria da Agricultura: eu quero que me levem para uma agroindústria que se regularizou nos últimos três anos e que está indo bem”. Enfim, dos nove agricultores entrevistados apenas um aponta para a possibilidade de talvez investir na formalização.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Percebe-se que não se trata apenas de uma transgressão à legislação vigente. A proposta de formalização é percebida como uma contradição, porque não leva em conta realidade desses agricultores. Apontam ainda que nem sempre os procedimentos são padronizados, em função da interpretação da lei, e outros, em função da falta de bom senso.

De fato, em relação ao que os agricultores pensam sobre a legislação para as agroindústrias os comentários são bem variados. O entrevistado **AFRI 1** diz que há muita burocracia e poucos incentivos, muitas exigências e poucas soluções. O entrevistado **AFRI 2** pondera que a legislação para a agroindústria familiar é inadequada e mais fiscalizadora e punitiva do que de apoio. O entrevistado **AFRI 3** resume que o processo é muito burocrático. Pereira e Botelho (2017) apontam algumas contradições entre as normas e a realidade do cidadão:

Por vezes, somos levados a acreditar que a causa da inefetividade da norma é a conduta dos destinatários, mas se a norma não estiver de acordo com a realidade do indivíduo, com o contexto social e econômico em que ele está inserido, não haverá cumprimento, porque não haverá reconhecimento. O reconhecimento ocorre à medida que o cidadão se identifica com a norma. Quando o direito é reconhecido, ele incorpora-se à maneira de ser e agir da coletividade (PEREIRA e BOTELHO, 2017, p. 117).

Esta pesquisa evidenciou que os agricultores familiares não conhecem bem a legislação para as agroindústrias, ainda que sejam diretamente abrangidos. Para Pereira e Botelho (2017, p. 117), “assim, questiona-se, cada vez mais, a legitimidade da norma, ou seja, mais importante do que o procedimento de elaboração, são os fundamentos da norma, a sua interpretação e a sua aplicação”.

A partir da fala dos agricultores, a aproximação das instituições é sempre no sentido de “motivar” a formalização e queo apoio concreto para as agroindústrias informais é bastante restrito. Segundo o entrevistado **AFRI 1**, o poder público “só sabe dizer o que deve ser feito”.

A Emater realiza oficialmente o trabalho de extensão rural e social nos municípios, por isto é perfeitamente compreensível que a empresa direcione sua ação no sentido de apoiar a formalização das agroindústrias. Nem por isso é descartada a assessoria para as agroindústrias informais, como pondera o **E1** “nós conhecemos muitos produtores, nós visitamos muitas propriedades que processam informalmente”. O **E1** considera que o tema da formalidade e da informalidade é bastante complexo: “... quando se cai na escala de produção de uma agroindústria formal há que se ter uma durabilidade maior de prateleira, aí se obriga muitas vezes a usar alguns conservantes, e assim por diante”.

“Então, tem-se um produto com uma qualidade melhor, qualidades biológica e nutricional, e sem conservantes, sem aditivos. E hoje se sabe muito bem o efeito desses aditivos, com certeza. E fomentar essa cadeia curta é fundamental para se ter um produto fresco que não ficou um mês na prateleira, uma produção sem escala, sem muito processo, digamos assim” (**E1**).



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Sendo assim, a discussão sobre a qualidade dos alimentos processados deveria passar por uma avaliação, e quem sabe por uma (re)conceituação.

Conforme a fala do **E2**, os benefícios do poder público estão voltados para quem está formalizado ou pretende se formalizar:

“O que diferencia (a formalidade da informalidade) é só a questão de mercado, né, aonde ele pode comercializar. No caso da informal ele teria que vender clandestinamente, e oferecendo diretamente ao consumidor, de uma forma, como é que se diz? Tipo ambulante. E quando ele está formalizado para nós, nós aí conseguimos alcançar todos os benefícios e subsídios que a legislação prevê, principalmente na organização de espaço para a comercialização.” (**E2**).

A expressão “vender clandestinamente” utilizada pelo **E2** significa ocultação ilegal. Os agricultores que participaram dessa pesquisa não possuem a intenção de esconder suas atividades de processamento, tanto é que os seus produtos são comercializados nas feiras rurais que são espaços públicos. Segundo esses, em mais de 30 anos de atuação das feiras rurais não houve qualquer caso que significasse risco de saúde pública para os consumidores. Percebe-se na fala do **E2** que, ao mesmo tempo em que fala em clandestinidade, há um reconhecimento sobre as dificuldades para formalização, “é limitante, ela é problemática porque existe um conceito de que a legislação brasileira ela é feita para impedir que o pequeno se estabeleça, ela é feita para o grande e é cobrada a mesma coisa que é cobrada para um empreendimento grande”. Para o caso do processamento de produtos de origem animal, a legislação é bem mais rígida em função das probabilidades maiores de contaminação.

Deste modo, o **E1** lembra que, se a questão é a qualidade biológica e nutricional dos produtos processados, há que se definir como aferir essa qualidade, porque “hoje a gente tem laboratório de tudo quanto é coisa para averiguar a qualidade do produto, né. Então, acho que a gente tem que parar um pouco de achar que aquilo não pode”. O entrevistado **AFRI 4** comenta sobre a qualidade dos produtos com uma consideração relevante: “olha, para dizer francamente, até hoje não teve nenhuma queixa de ninguém, em relação a algum produto estragado ou coisa assim.

Os preços praticados nas feiras oscilam quando comparados com produtos convencionais e, segundo os entrevistados, os preços ajudam, mas é o gosto, o sabor, o aroma, e ausência de conservantes que garante a fidelidade dos consumidores. E nesses casos a durabilidade (validade) do produto não é um fator preponderante como nos mercados convencionais.

Para o entrevistado **AFRI 6** a qualidade de vida é fundamental: “eu quero a minha qualidade de vida, por isso eu faço o melhor produto”. Nesse caso, a partir da convicção desse agricultor, a qualidade do produto se apresenta como uma contradição em relação ao que está desenhado pela legislação. Segundo Scarabelot e Schneider (2012) novos critérios e exigências estão aparecendo



OBSERVADR





em relação à qualidade dos alimentos:

[...] uma análise contemporânea do consumo reivindica considerar o perfil de uma sociedade que emerge com novas exigências. Hoje consumidores começam a exercitar sua cidadania e reflexividade estabelecendo critérios e exigências em relação ao consumo de alimentos onde a qualidade passa a ser definida com base no conhecimento e na proximidade e não mais somente em critérios normativos ou legais (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012. p. 111).

Isso demonstra que há uma preocupação do consumidor e que a garantia de um alimento saudável não se dá apenas pelo atendimento às normas. A relação de confiança com o consumidor – o olho no olho – é considerado um aspecto relevante. A partir de todas essas argumentações, percebe-se certa angustia quanto há possibilidade concreta de que tudo o que foi construído (saber-fazer) durante décadas pode ser inviabilizado de uma hora para outra.

O Quadro 1 apresenta uma breve síntese das principais contradições entre o que é apresentado pelas instituições/entidades, como proposições externas, e o que os agricultores (AFRIs) vislumbram como estratégias de sobrevivência e de resistência.

Quadro 1 - Contradições em relação às atividades de processamento de alimentos

Questões envolvidas	Proposições externas	Agroindústrias informais
Formalização	Estímulo (pressão)	Sem interesse (inviável)
Aumento da produção	Estímulo	Sem interesse e condições
Aumento do processamento	Estímulo	Sem interesse e condições
Abrangência de mercado	Estímulo	Sem interesse
Diversificação	Estímulo (discurso)	Manter ou aumentar
Sustentabilidade	Estímulo (discurso)	Própria da agricultura familiar
Sistema de produção	Pouco conhecimento	Próprio da agricultura familiar
Renda	Estímulo para aumento	Satisfação com a situação
Qualidade	Conceitos confusos	Satisfação

Fonte: Dados da pesquisa, 2018/19. WEBER (2019).

Estas questões que buscam conhecer e entender a angústia dos proprietários das AFRIs sobre a qualidade de seus produtos e apresentam um conjunto de elementos que possibilitam uma compreensão mais clara e transparente sobre os dilemas, dúvidas e contradições. Há que se destacar que em nenhum momento das entrevistas houve qualquer tentativa de culpabilidade de pessoas ou de instituições. Existe o entendimento do papel das instituições em “seguir a lei”, mas as manifestações são no sentido da não compreensão da lei e da forma como está sendo proposta ou imposta a sua aplicação.

Em nível mundial também há uma crescente preocupação com a segurança alimentar e com as questões ambientais. Pode-se citar o *Slow Food* (comida lenta, em inglês) que é uma organização não governamental que, além de seus nobres objetivos, é também um movimento que se opõe à



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

tendência de padronização do alimento no Mundo, e defende a necessidade de que os consumidores estejam bem informados, tornando-se coprodutores. Para esse movimento o alimento que comemos deve ter bom sabor; deve ser cultivado de maneira limpa, sem prejudicar nossa saúde, o meio ambiente ou os animais; e os produtores devem receber o que é justo pelo seu trabalho. Tomando como referência essa tendência mundial, pode-se muito bem dizer que as agroindústrias informais estão muito mais em consonância com essa tendência do que os modelos agroindustriais convencionais. Para isso, precisam ser percebidos e compreendidos como produto social e histórico do território, com as particularidades e especificidades de um contexto que vai além da análise economicista e financeira inerente a empreendimentos econômicos de médio e grande porte.

Considerações finais

A informalidade das AFRIIs nessa pesquisa não se apresenta somente como uma resistência a um modelo ou a uma legislação, existe uma bagagem cultural envolvida nesses processos informais de processamento de alimentos. Neste tema da informalidade há uma série de contradições que implicam em relações de poder. A complexidade é bem maior do que aparece nos debates porque se trata de um tipo de agricultor familiar que produz e processa alimento, possui uma relação harmônica com o ambiente e com a biodiversidade, mantém a produção sistêmica, possui alto grau de resiliência, faz parte da economia do território e, preserva a sua cultura a partir dos saberes tradicionais, produzindo conhecimento.

Esse tipo de agricultor familiar possui uma relação direta com vários dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em função dos temas da segurança alimentar, a preservação ambiental, as questões de saúde e bem-estar, consumo e produção sustentáveis, entre outros. A inviabilização dessa forma de produzir e processar alimentos vai à contramão do que se vislumbra para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade.

Nesta pesquisa foi possível verificar que a informalidade das agroindústrias familiares não é simplesmente uma situação transitória, como é apontada em alguns estudos. O que reforça essa afirmação é que o tempo de funcionamento das atividades de processamento varia entre 12 e 40 anos. Portanto, há uma história familiar e uma relação construída com o consumidor que se mantém ao longo dos anos. Nota-se que essa prática da informalidade persiste mesmo com a presença de entraves e se apresenta como uma alternativa e como possibilidade concreta de conquistar melhores condições econômicas e sociais para suas famílias.

A viabilidade, no caso das AFRIIs, está na composição de matéria-prima e produtos que fazem parte dos arranjos produtivos sustentáveis. O que dá sustentabilidade, autonomia e viabilidade é o sistema de produção e o jeito de produzir. A gestão desse sistema, mesmo sendo mais complexa,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

é mantida sob controle da família e as estratégias adotadas têm a ver com o manejo do sistema produtivo e com as estratégias de reprodução das famílias. De certa forma, essas experiências informais de processamento de alimentos se caracterizam por sistemas de produção inclusivos em pequena escala.

É de conhecimento que o projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no Brasil, tem como principal objetivo a expansão do agronegócio. No entanto, esta opção tem implicado em custos sociais e ambientais crescentes. Por outro lado, o avanço dos movimentos sociais no campo tem tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

Este artigo apresenta indicativos de que a produção na agricultura familiar e o processamento de alimentos não é uma transição que se encaminha para o consumismo, o individualismo e a dominação dos recursos naturais, ao contrário, esse modo de vida tem como fundamentos a solidariedade humana, a sensibilidade ambiental e a vida com qualidade. Parece-nos que esse deve ser o caminho a ser seguido como perspectiva futura de desenvolvimento humano sustentável e acreditar que é possível tornar utopias possíveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília (2019): Unesco, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>>. Acesso: 07 out. 2019.

BIACHINI, G., N. *A Política de Apoio às agroindústrias Familiares de Pequeno Porte de processamento Artesanal na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS*. Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul, 2015.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: UDRY, C.; EIDT, J. S.; Editoras Técnicas. *Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal*. Brasília: Embrapa, 2015.

EMBRAPA. *Módulos Fiscais*. 2012. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: 09 out. 2019

FIDA, Programa Regional. *Caminhos da diversificação produtiva: o exemplo que vem da fumiicultura no sul do Brasil*. Disponível em: <<http://fidamercosur.org/claeh/experiencias/experiencias-en-la-regi%C3%B3n/747-caminhos-da-diversifica%C3%A7%C3%A3o-productiva-o-exemplo-que-vem-da-fumiicultura-no-sul-do-brasil>> Acesso em: 08 out. 2019.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

GAZOLLA, M. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 161 – 185, set./dez. 2009.

GUIMARÃES, G. M. *A legislação Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal: o caso das Agroindústrias de Pequeno Porte*. Santa Maria. UFSM. Dissertação (CPGExR), 2001.

KALNIN, J. L. *Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - BNDES. *Agricultura familiar*. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programa-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> Acesso em: 16 out. 2014.

MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005.

PEREIRA, M., P.; BOTELHO, M., I., V. *A Invisibilidade Social e Política dos agricultores Familiares e seus Reflexos nas Relações com o Estado*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.14, n.2, p.113-131 Mai.-Ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. *Divisão Distrital 2018*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-de-localizacao-de-Santa-Cruz-do-Sul-Organizacao-do-autores_fig1_304198962> Acesso em: 17 dez. 2019.

Relatório Final das Agroindústrias Familiares da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa - RS. RDI 87/2017. Porto Alegre, novembro 2017.

RIO GRANDE DO SUL, 2013. *Programa de Agroindústria Familiar – PEAFF*. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. *As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local – Um Estudo de Caso no Município de Nova Veneza/SC*. Volume 14 – Número 19 – Jan/Jun 2012 - pp. 101-130.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

SCHNEIDER, S., GRISA, C. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural* v.46 n.2 Brasília Apr./June 2008.

SCHNEIDER, Sergio. 2010. *Reflexões sobre Diversidade e Diversificação*. Agricultura, Formas Familiares de Desenvolvimento Rural. *RURIS*, vol.4, nº 1, março 2010.

SCHUMPETER, J. A. (1911) Teoria do desenvolvimento econômico. *In: Os economistas*. Traduzido por Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*. N. 20. Maio/Jun/Jul/Ago, 2002.

THEODORO, M. *As bases da Política de apoio ao Setor Informal no Brasil*. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf> Acesso em: set. 2019. Acesso em: 24 out. 2019.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *DESIDADES*, n. 1, ano 1. Temas em destaque. 2013

WILKINSON, J.; MIOR, L.C. *Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces*. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 13, 1999. (p.29-45)



OBSERVADR

